

## SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PORTARIA Nº 150, DE 07 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 214, §2º da Lei Complementar distrital nº 840/2011, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 30, (trinta) dias, a contar de 10/06/2022, o prazo de tramitação da SINDICÂNCIA Nº 220220006/2022-SEAPE, (04026-00019834/2022-57), instaurada pela Portaria nº 118, de 03 de maio de 2022, publicada no DODF nº 87, de 11 de maio de 2022, página 46, conforme justificativa (87920251).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
WENDERSON SOUZA E TELES

## SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA - DF LEGAL

### SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ATO DECLARATÓRIO Nº 97/2022

Bens e mercadorias apreendidos no período de 01/06/2022 a 02/06/2022, com proprietários não identificados. Processo 04017-00000377/2021-55.

A SUBSECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL – DF LEGAL, no uso da competência conferida pelo § 2º do art. 5º da Portaria nº 37, de 4 de junho de 2020, da DF LEGAL, e em cumprimento ao previsto no § 4º do art. 52 da Lei nº 5.547, de 06 de outubro de 2015, DECLARA NÃO IDENTIFICADOS OS PROPRIETÁRIOS DOS BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS E RECOLHIDOS AO DEPÓSITO DA DF LEGAL, na seguinte ordem: NUMERO DO AUTO DE APREENSÃO, DATA DA APREENSÃO, QUANTIDADE E IDENTIFICAÇÃO DOS BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS CUJOS PROPRIETÁRIOS NÃO FORAM IDENTIFICADOS: D65470, 01/06/2022, 05 sacos de roupas diversas, 01 lona azul, 02 carrinhos de carga, 01 máquina de cartão; D65469, 01/06/2022, 11 garrafas térmicas 05 mesas de metal, 01 tenda azul; D040542, 02/06/2022, 02 churrasqueiras, 02 bancadas de madeira, 01 mesa de madeira, 02 mesas de ferro, 01 tenda verde, 02 bancos de madeira. Ficam os proprietários cientes de que, segundo o § 5º do art. 52, da Lei nº 5.547, de 2015, e o art. 39, caput, da Portaria DF LEGAL nº 37, de 2020, serão declarados abandonados os bens e as mercadorias não percebíveis que não forem reclamados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da lavratura do auto de apreensão.

ROSELAINE ALVES VALLADÃO

## SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

### COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

DOCUMENTO DECISÓRIO Nº 198, DE 06 DE JUNHO DE 2022

Instaura Tomada de Contas Especial - TCE.

O PRESIDENTE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 44 do Estatuto Social da Empresa e acolhendo o disposto na Instrução Normativa nº 03/2021 do Tribunal de Contas do Distrito Federal e na Instrução Normativa nº 04/2016 da Controladoria Geral do Distrito Federal, e considerando o Relatório Final nº 76/2021 - PRGI (0623440) constante do processo 00092-00021107/2021-69, resolve:

Art. 1º Instaurar Tomada de Contas Especial visando apurar os fatos, identificar responsáveis, e buscar o ressarcimento dos valores atualizados aos cofres da Companhia, se for o caso, tendo em vista o indício de dano no valor estimado de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) a ser conduzida pela Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial reconstituída pela DT nº 179/2022.

Art. 2º Fixar prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta Documento Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO CARDOSO DE SANTANA FILHO

## SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

### CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

#### ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo sétimo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às nove horas, ocorreu a 38ª reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF/DF, realizada por videoconferência, atendendo à convocação do seu Presidente,

o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF. Fizeram-se presentes o Conselheiro JOÃO CARLOS COUTO LÓSSIO FILHO (SEMA), que presidiu a reunião, CARLOS RENAN/CAESB, GABRIEL FONTE/SODEF, EDNA AIRES/SEDUH, GUSTAVO CARNEIRO/ADASA, JOSÉ GONÇALVES JUNIOR/UnB, LIGIA VIVEIROS/CAESB, LUCILENE/CAESB, LUIZ CARLOS DOS SANTOS/CACI, MANOEL ALESSANDRO MACHADO/IBAMA, MARIA CONSOLACION UDRY/FÓRUM DE ONGS, NATÁLIA CRISTINA CHAGAS MENDES TEIXEIRA/SRDF, OLÍVIA CAROLINA RIBEIRO KROHN/FIBRA-DF, PRISCILA PARIS MENDONÇA/CEB, RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL/ABES-DF, REGINA FITTIPALDI/FÓRUM DE ONGS, RENATA MACHADO MONGIN/IBRAM, RICARDO MINOTI/CBH PARANAÍBA, SÉRGIO KOIDE/UnB e VLADIMIR PUNTEL FERREIRA/CAESB. Participaram como ouvintes: EDGAR FERREIRA/SEMA, ELISA MEIRELLES/SEMA, VANDETE MALDANER/ADASA, LAÍSE COSTA/SEMA, HAMILTON FAVILLA/SEMA, PATRICIA VALLS/SEMA e UGO ANDREAZZI/SEMA que elaborou a ata. A reunião foi Coordenada por MARICLEIDE MAIA SAID/SEMA-DICOL. O Presidente solicitou a verificação do quórum, e declarou aberta a sessão, em segunda chamada às 09h00min. Cumprimentou a todos, agradeceu a presença dos Conselheiros e deu início à reunião. Item 1º da pauta "Apresentação de contextualização técnica e situação atual frente às reivindicações da comunidade em relação ao Rio Melchior – CBH Paranaíba e UnB". O Presidente passou a palavra para o representante do CBH Paranaíba, Ricardo Minoti. Sobre a apresentação, informou que vai fazer um breve histórico da manifestação da comunidade em relação ao Rio Melchior, dos trâmites do comitê do Paranaíba/DF, visitas realizadas na bacia, programa de monitoramento e o enquadramento. Compartilhou a apresentação mostrando que no território do DF quase setenta por cento do DF onde estão localizados os afluentes do Rio Paranaíba do DF. Parte da preocupação disse vem das cargas de poluentes que lançam na bacia que vão chegar no Corumbá IV, que é um futuro manancial. Outro problema, é a crescente urbanização sem planejamento adequado e com o saneamento precário. Por mais que os problemas do DF pareçam pequenos em relação aos outros Estados, destacou a importância de se discutir sobre os problemas. Explicou que o DF abriga nascentes com rios de pequenas vazões e que assiste ao aumento populacional com o aumento do lançamento de efluentes nesses rios. O presidente do comitê ressaltou o "altíssimo nível" das estações de tratamento de esgoto do DF e pregou ser essencial controlar agora a expansão urbana desordenada e a poluição difusa, além de revitalizar as margens do rio Melchior. Sobre o rio Melchior, explicou que é um rio de baixa vazão e que recebe quatro lançamentos: duas estações de tratamento da CAESB, a estação de tratamento do aterro sanitário da SLU e o abatedouro da empresa JBS. Devido a esses lançamentos, informou que a comunidade da bacia do Melchior, no dia 27 de outubro de 2020, enviou uma carta ao Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba do Distrito Federal – CBH Paranaíba/DF solicitando o salvamento do rio Melchior e a revitalização de toda a sua bacia hidrográfica. No texto, destacou os seguintes pontos solicitados: revisão do enquadramento do Rio Melchior, a síntese dos trabalhos realizados no âmbito do GT de enquadramento na CTPA/CRH, solicitar análise dos trabalhos das reduções do controle da poluição desde 2014, solicitar as metas das áreas de enquadramento, solicitar reavaliação de todas as licenças de operações de lançamentos, limpeza de caráter emergencial das margens do Rio Melchior, outras opções para o lançamento de chorume, outro destino do aterro sanitário, solicitação de campanha pública para revitalização do rio. Explicou que o comitê recebeu essa carta, iniciou o processo de discussão, em algumas reuniões com a presença dos representantes da comunidade. Depois foi levado a discussão para câmara técnica do comitê de bacia. A comunidade depois solicitou melhorias ao Ministério Público, junto a Adasa, ao CBH, a SEMA e a câmara legislativa. Em função dessas reivindicações ocorreram visitas nos locais onde tem lançamentos de efluentes. Nas visitas, forma explicados os procedimentos e as melhorias das ETES. Reforçou a importância do trabalho de educação ambiental contínua para explicar para a sociedade que não entende sobre estruturação da política e do sistema. Disse que na visita foi explicado que a espuma que ocorre é devida à distância que o esgoto tratado percorre junto ao tipo de terreno e ao residual de matéria. É chamado de zona de mistura do efluente no corpo d'água. Outra preocupação da comunidade é mortalidade dos animais e citam a espuma com a causadora. Disse que a câmara técnica do comitê deve solicitar a Adasa e as empresas responsáveis fazerem um estudo sobre essa zona de mistura dos quatro lançamentos para poder responder a comunidade. Informou que no dia 30 de agosto, o CBH recebeu da SEMA uma carta solicitando a criação de um GT para recuperação da bacia do Melchior. Essa solicitação está em discussão da câmara técnica para dar uma perspectiva das reivindicações da comunidade. Comentou que foi realizado uma reunião conjunta da CTPA e o CBHs onde foi solicitado que o comitê iniciasse a discussão do que foi proposta pela Resolução nº 02/2021 de revisão do enquadramento dos afluentes do Paranaíba/DF com base nos recursos hídricos até dezembro de 2022. Informou que, conforme deliberação do conselho, o CBH já deu início a discussão sobre a revisão do enquadramento nas bacias do Paranaíba/DF. Sobre os dados de monitoramento, comentou que foi solicitado para a Adasa e a Caesb o antes e depois dos lançamentos nas estações de tratamentos no rio Melchior. Disse que essa solicitação não foi atendida. Enfatizou que que os dados monitorados tem que ser publicados para dar transparência ao trabalho realizado. Depois de finalizada a apresentação do conselheiro Ricardo, o Presidente passou a palavra para o conselheiro Sérgio Koide, representante da UnB. O conselheiro agradeceu a oportunidade e comentou que o rio Melchior já foi pior do que ele se apresenta hoje em dia. Informou que o rio Melchior começou a ser monitorado em 1990 e em 2000 foi concluído o primeiro trabalho de monitoramento pelo programa da UnB junto com a ANA. Em 2003, conseguiu um financiamento da CT-Hidro onde foi possível fazer o monitoramento com mais detalhes.

Na apresentação mostrou que tinha uma grande quantidade de lançamentos de esgoto que eram jogados no rio o que ocasiona uma má qualidade das águas. As grandes vazões de lançamento de esgotos provocaram o desbarrancamento ao longo do rio e em muitos locais ocasionou a criação de erosões. Naquele período, em 2003, comentou que foi coletado amostras do rio, para verificar o nível de segmento de esgoto, também o conhecimento das cargas de vazões no rio. Disse que foi feito uma análise de DBO e DQO ao longo do rio, com a carga bruta de lançamentos de esgoto, onde foi verificado a queda da qualidade das águas. Os problemas das espumas, informou que a Caesb está controlando com alguma substância colocada no rio. Gostaria de saber com a Caesb, quais produtos estão sendo colocados no rio para conter essa espuma porque é uma água que está sendo utilizada pela comunidade. Citou outros problemas como o esgoto clandestino nas águas pluviais e a carga das águas pluviais à medida que vai reduzindo os lançamentos. Explicou que qualquer programa de monitoramento incide sobre a qualidade da água em função das necessidades dos usuários onde precisa verificar os padrões de qualidade da água, o comportamento da qualidade das águas devido aos processos naturais, capacidade de assimilação sem atingir níveis críticos, saber se os próprios lançamentos estão dentro dos padrões, adequação e efetividade das estratégias de controle, tendências de alterações ao longo do tempo, seleção de medidas a serem adotadas, o problema de saúde da população e por fim efeitos de deterioração na ecologia nos corpos d'água. Informou que o programa de monitoramento em outras localidades obedece a uma certa sequência como planejamento, confecção de projeto, coleta de dados, gerenciamento dos dados, a compreensão e interpretação dos dados, divulgação dos dados e em função do resultado verificasse se o monitoramento está sendo eficaz ou não. Destacou a importância da divulgação dos dados e dos resultados para verificar se a informação está sendo satisfatória. Sobre o rio Melchior, comentou que o problema é saber aonde monitorar, como fazer a coleta de amostra e a frequência dos monitoramentos. Sobre a discussão do enquadramento na câmara técnica, lembrou que deveria ter analisado melhor a proposta de classificação do rio Melchior. O Presidente parabenizou as apresentações e abriu a palavra aos demais conselheiros. A conselheira Maria/Fórum da Ongs parabenizou aos trabalhos realizados e disse que é muito importante lembrar os processos e as pesquisas que existem. Perguntou ao conselheiro Sérgio se tem alguma novidade com relação a novas tecnologias para monitoramento da qualidade de água e também se poderia disponibilizar as informações desse monitoramento de uma forma mais popular. O conselheiro Sérgio/UnB respondeu que esse processo de pesquisa precisa de recurso o que a universidade não possui. Quando se faz um projeto para a pesquisa, esses recursos podem vir de empresas ou do próprio governo. Disse que no período da pesquisa não existia a Adasa fazendo o monitoramento. Comentou que a Adasa possui recursos e condições para fazer esse monitoramento. Sugeriu fazer uma discussão com a Adasa, dentro do conselho, para verificar o que pode ser mudado. A conselheira Maria perguntou se seria possível fazer uma parceria entre a Adasa e a UnB por causa da experiência de muitos anos da universidade. O conselheiro respondeu que a universidade está sempre aberta para essas pesquisas de interesse do público cabe saber a disponibilidade da Adasa. O conselheiro Vladimir/Caesb disse que esse assunto é uma discussão muito importante para a sociedade. Em relação a bacia do Melchior, gostaria de comentar todo o trabalho que a Caesb fez para melhorar as condições para a população do DF. Informou que em 2005, conforme apresentado pelo conselheiro Sérgio, o rio Melchior possuía muitos lançamentos de esgotos brutos e a Caesb, então, implantou uns receptores de esgoto. Disse que o DF tem uma malha hidrográfica limpa sendo um dos pontos mais emblemáticos e o da bacia do rio Melchior. Comentou que é importante que a comunidade solicite reivindicações, mas tem que saber porque, como, quando e qual o alcance dessas reivindicações. As condições de coletar esgoto no DF são muito distintas em relação ao resto do Brasil. Comentou que a Caesb consegue, dentro do sistema de tratamentos terciários, condições de lançar os efluentes dentro das outorgas que são apresentadas pela Adasa e dentro do licenciamento ambiental em que o Ibram exige. Informou que o rio Melchior está recebendo investimento nas estações de tratamentos. Sobre a zona de mistura, disse que está dentro da outorga permitida. Sobre os animais, informou que é difícil associar a espuma com as mortes e que teria que fazer um estudo melhor sobre o caso. Com relação ao enquadramento do rio Melchior, comentou se for alterado a classe, a Caesb perderia todo um portfólio industrial já implementado. Os picos de vazões, explicou que está proporcionado alterações na calha do rio e alargando as margens. Verificou-se uma ausência de revitalização nas margens e a Caesb tem interesse, junto com a Novacap, em fazer um processo de replantio ao longo do rio Melchior. Verificou também uma deseducação da população com relação ao despejo de resíduos nas redes coletoras e ligações irregulares de águas pluviais. A questão do monitoramento, conforme o conselheiro Ricardo comentou, a empresa não tem a menor intenção de não repassar os dados. Justificou que teve um problema interno e com pouco pessoal e não teve como atender o pedido do conselheiro. Disse que a Caesb preza pela transparência e que esses dados serão encaminhados. Finalizou dizendo que a Caesb sempre busca melhorar os seus processos. A conselheira Regina/ Fórum de Ongs parabenizou as apresentações e aos comentários do conselheiro Vladimir. Sobre um comentário da conselheira Maria, questionou sobre o quanto precisaria de recurso para empreender todas as iniciativas que precisam ser feitas. Disse que as reflexões estão muito tímidas diante dos desafios reais que tem. Comentou que quer trazer a reflexão para a essencialidade e centralidade da água nas políticas públicas. Perguntou qual iniciativa pode ter no CRH para reivindicar de fato que o governo assuma a questão da centralidade da água. Destacou que esse é o momento da técnica e do conhecimento científico enraizar em ações. Não adianta ficar só nos fundamentos, tem que ter ações e essas ações dependem dos compromissos das políticas públicas em relação a centralidade e essencialidade da água. Sugeriu que o CRH fizesse uma Moção em que expressasse o

caráter prioritário e central, no âmbito do Estado, de trazer para a política pública a figura da água. A conselheira Raquel/Abes enfatizou os dizeres da conselheira Regina. Parabenizou o conselheiro Ricardo pela sua exposição e toda histórico que vem conduzindo o desafio do rio Melchior. Comentou que não é fácil enfrentar toda a ansiedade que tem a sociedade para ver o rio de uma outra forma e ao mesmo tempo entender toda a limitação de uma estrutura física já instalada. Apesar das mudanças, disse que tem que perseguir sempre os avanços. Ressaltou a importância da iniciativa do comitê de propor um monitoramento apesar das dificuldades. Destacou a importância de resolver o problema da poluição difusa. Disse que não vê efetividade nesse assunto e nisso gostaria de um posicionamento da Adasa, Caesb e Novacap sobre o que está acontecendo e como pode avançar no assunto. Sugeriu colocar como ponto de pauta no CRH a discussão sobre a poluição difusa que atinge todo o DF. Sobre os dados de divulgação do monitoramento, informou que tem um GT de sistema de informações de recurso hídrico desde 2019, mas que nesse ano, de 2021 não houve reunião. Disse que a Adasa está com problema institucionais e por isso não está participando das discussões do grupo, mas informou que vai tomar providência no âmbito da câmara técnica. Explicou que o GT tinha como objetivo a divulgação de dados e a questão do monitoramento. Sobre o enquadramento, disse que tem que ser discutido a questão das águas pluviais porque elas têm interferência pela carga poluidora que traz. Finalizou destacando que esses pontos de discussão têm que ser resolvidos de forma rápida e objetiva no âmbito do CRH. O conselheiro José/UnB comentou que teve uma tese de doutorado, junto com a Adasa, nessa perspectiva de pensar no programa de monitoramento e nas variáveis possíveis de serem utilizadas. Informou que essa tese está concluída e publicada e que, em cima desse trabalho, foi gerado três produtos que podem ajudar no sistema de recurso hídrico, são eles: índice de saúde de ecossistema em mapa, índice para avaliação do enquadramento dos rios e um sistema de gestão para tomada de decisão. Comentou que esses produtos podem ser aperfeiçoados, discutidos e melhorados dentro do sistema de gestão pública. Enfatizou que a universidade está à disposição para fazer qualquer trabalho de interesse público. Sobre o rio Melchior, disse que fica centrada toda discussão social em cima das empresas, mas se tem uma poluição difusa, como foi mostrado pelo conselheiro Sérgio. Por outro lado, as empresas tem mais condições de recurso para liderar o processo de reagrupamento e reorganização desse problema de poluição difusa. Enfatizou dizendo que o problema do custo para não fazer o serviço é uma estratégia equivocada. A discussão econômica é apenas uma muleta para a inoperância para a estática de um sistema que é dinâmico. Isso não tem que entrar como problema e sim na planilha de custo. Concordeu que com os dizeres da conselheira Regina que tem que se pensar na água de forma clara e deixar para as gerações futuras um legado melhor. O Presidente passou a palavra para a conselheira Regina para explanar sobre a proposta de Moção. A conselheira comentou que o foco seria uma proposta de encaminhamento que a SEMA crie uma instância de convergência entre os diferentes atores que lidam com a água no DF. Disse que nas reuniões do CRH não vê espaço para se aprofundar nos assuntos a ponto de fazer demandas, criar um roteiro de intervenções ou identificar as necessidades para provocar o Estado. Solicitou aos conselheiros que ajudem na elaboração do texto da Moção. O Presidente informou que o texto da Moção vai ser pautado na primeira reunião do ano de 2022. A seguir, prosseguiu com o item 1b da pauta "Apreciação e deliberação da Ata 45" RE do CRH/DF". O Presidente informou que a ata foi enviada anteriormente aos conselheiros e perguntou se havia considerações a fazer na Ata. A diretora de colegiados da SEMA informou que a Adasa solicitou algumas correções e ajustes que já foram acolhidas na Ata. Não havendo outras manifestações o Presidente submeteu a ata à votação e foi aprovada por unanimidade. Prosseguiu com o item 1c da pauta "Apreciação da Minuta de Resolução - Critérios gerais para a cobrança pelo uso de recurso hídricos no Distrito Federal - CTPA/CRH". O Presidente informou que esse item da pauta será suspenso pelo pedido da Adasa para dilação do prazo a vista do ocorrido na última reunião. O Presidente leu um ofício enviado pela Adasa a SEMA. Passou a palavra para o representante da Adasa explanar sobre esse ofício. A Juliana/Adasa disse que o diretor da instituição solicitou a extensão do prazo e reforçou que a Adasa está dando atenção ao tema e em paralelo está realizando os esforços para contratação do escritório de apoio e ao plano de bacia. A conselheira Raquel/Abes sugeriu que a Adasa estipulasse um prazo para fazer essas considerações em relação a Minuta de Resolução e ao compromisso de atender ao processo de cobrança. O Presidente informou que houve uma reunião do secretário do meio ambiente com o diretor da Adasa onde se comprometeu em agilizar todos os procedimentos. Prosseguiu com o item 2 Informes. Exaurida a pauta e os informes, o Presidente agradeceu a todos e declarou encerrada a reunião. JOÃO CARLOS COUTO LÓSSIO FILHO, Conselheiro Suplente da SEMA/DF, Presidente da Reunião.

#### ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo quarto dia do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às nove horas, ocorreu a 39ª reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF/DF, realizada por videoconferência, atendendo à convocação do seu Presidente, o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF. Fizeram-se presentes o Conselheiro JOÃO CARLOS COUTO LÓSSIO FILHO (SEMA), que presidiu a reunião, EDUARDO CYRINO/EMBRAPA, ELONEIDE FRANÇA/CAESB, FÁTIMA AMARANTE/ÚNICA-DF, GABRIEL FONTE/SO-DF, JOSÉ GONÇALVES JUNIOR/UnB, JANÁJIA STARLING/IBRAM, LUIZ CARLOS DOS SANTOS/CACI, MAC LEONARDO SOUTO/SEAGRI-DF, MARIA CONSOLACION UDRY/FÓRUM DE ONGs, NATÁLIA CRISTINA CHAGAS MENDES TEIXEIRA/SR-DF, RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL/ABES-DF, REGINA FITTIPALDI/FÓRUM DE ONGs, RICARDO MINOTI/CBH PARANAÍBA-DF, VANDETE MALDANER/ADASA, RODOLFO BRITO/CBH MARANHÃO-DF E VANESSA GUIMARÃES